

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	14
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	18
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	19
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	23
2.7 Destinação de resultados	24
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	26
2.10 Planos de negócios	27
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	29
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	30
5.2 Descrição dos controles internos	31
5.3 Programa de integridade	34
5.4 Alterações significativas	38
5.5 Outras informações relevantes	39

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores com base nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

A análise dos Diretores constitui uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira e operacional da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados operacionais obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Com base na IFRS 3/CPC 15, a combinação de negócios foi considerada uma aquisição reversa pela Administração. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas sob o nome da adquirente legal (CVLB Brasil S.A.), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente contábil (Casa & Vídeo Brasil S/A).

Dessa forma, as demonstrações contábeis do exercício de 2022 consideram apenas a adquirente contábil (Casa e Vídeo). A adquirida contábil (CVLB Brasil, anteriormente denominada Le biscuit) foi incorporada aos resultados a partir da competência de maio/2023.

### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentou em R\$ 44,25 milhões entre 31 de dezembro de 2022 (que era de R\$ 123,83 milhões) e 31 de dezembro de 2023 (que foi de R\$ 168,08 milhões) devido sobretudo às ações de reforço de liquidez da Companhia.

Em R\$ milhares	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
	Reapresentado	
Caixa	10.420	8.558
Contas correntes bancárias	21.868	6.710
Aplicações financeiras de renda fixa	135.791	108.559
<b>Total - Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>168.079</b>	<b>123.827</b>

As aplicações financeiras em renda fixa são de curto prazo, alta liquidez e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por esses motivos, foram classificadas como equivalentes de caixa – cumprindo os requisitos do CPC 03 (R2) / IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 439,96 milhões, apresentando um acréscimo de R\$ 341,77 milhões em comparação ao patrimônio líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (que era de R\$ 98,19 milhões) devido sobretudo ao aumento do capital social decorrente da combinação de negócios ocorrida no dia 28/04/2023.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em R\$ milhares	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
	Reapresentado	
Capital social	669.222	114.056
Reserva de capital	(65.371)	9.989
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.804)	(1.304)
Reservas de lucros	3.400	3.400
(-) Prejuízo acumulado	(162.484)	(27.948)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>439.963</b>	<b>98.193</b>

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital da Companhia e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de pagamento a fornecedores em relação ao prazo médio de giro nos estoques, dentre outras atividades, tomando as ações julgadas como necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro.

Condizente com outras companhias do segmento, a Companhia monitora sua posição financeira com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital próprio total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim resumidos:

Em R\$ milhares, exceto %	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
	Reapresentado	
Empréstimos e financiamentos	530.668	329.621
Debêntures	175.908	-
Instrumentos financeiros derivativos	(25.619)	(2.785)
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(232.005)	(149.772)
<b>Dívida líquida</b>	<b>A 448.952</b>	<b>177.064</b>
Patrimônio líquido	439.963	98.193
<b>Total do capital próprio</b>	<b>B 439.963</b>	<b>98.193</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>A / B</b>	<b>102,04% 180,32%</b>

A Administração monitora rigorosamente o ambiente econômico e de negócios, e está de prontidão para implementar medidas necessárias ao fortalecimento de sua posição econômico-financeira.

### b) Estrutura de capital

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa sua estrutura de capital e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro nos estoques, dentre outras atividades, tomando as ações necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro. Seguem abaixo as posições em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em R\$ milhares, exceto %	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
	Reapresentado	
Capital de terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	2.339.959	1.352.343
Capital próprio (Patrimônio Líquido)	439.963	98.193
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>2.779.922</b>	<b>1.450.536</b>
% Capital de terceiros	84,17%	93,23%
% Capital próprio	15,83%	6,77%

A Administração da Companhia entende que o nível de sua alavancagem financeira é satisfatório, e seus desdobramentos na geração de caixa, refletindo no capital giro, por outro lado seu nível de liquidez, devido a efetividade das ações executadas e planejadas para execução em períodos seguintes, permanece confortável.

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A posição de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 168,08 milhões e R\$ 123,83 milhões, respectivamente. A dívida bruta de curto prazo, por sua vez, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 680,96 milhões; em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 326,84 milhões.

Ao longo de sua trajetória recente, a Companhia seguiu com a execução do plano de maior qualificação do seu endividamento. A Companhia segue fortalecendo parcerias com instituições financeiras de primeira linha e com captação de recursos estratégicos para a condução de seus negócios.

### d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram:

- a) geração de caixa das atividades da Companhia;
- b) contratos financeiros que representam:
  - i. financiamentos em moeda local ou em moeda estrangeira, com risco cambial mitigado através de contratação de instrumentos de proteção contra oscilação das taxas de câmbio;
  - ii. financiamentos de investimentos com recursos disponibilizados por instituição financeira de apoio ao desenvolvimento econômico regional (Banco do Nordeste);
  - iii. empréstimo junto ao BNDES;
  - iv. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs);
  - v. debêntures não conversíveis em ações;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

vi. eventuais antecipações de recebíveis (cartões de crédito).

A Companhia considera que as fontes de financiamento acima descritas são suficientes para desempenho de suas atividades, para assegurar o cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo e para executar o seu plano de negócios. Maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia podem ser observadas no item 2.1(f).

### **e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia pretende dar seguimento à utilização das fontes de recursos que estão sendo utilizadas nos últimos anos para investimento em ativos não circulante e para cobertura de eventuais deficiências de liquidez.

A Companhia mantém relacionamento com algumas das principais instituições financeiras do país e as tem presentes como fatores importantes para a gestão do caixa do seu dia a dia, bem como em operações estruturadas com finalidades para aplicação no desenvolvimento do seu negócio. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas e disponíveis para utilização como alternativas de reforço de liquidez e execução do plano de negócios, descritas no item 2.1(f).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão abaixo apresentados:

			Consolidado	
Modalidade e Instituição financeira	Encargos médios	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Investimento - Certificados de Recebíveis Imobiliários	CDI + 3,50% a.a.	ago-27	118.226	111.045
Investimento - BNB	IPCA + 2,90% a.a.	jun-30	87.156	-
Investimento - BNDES	CDI + 1,04% a.a.	nov-31	54.908	55.110
Capital de giro - Santander 4131	CDI + 2,82% a.a.	abr-25	50.559	-
Investimento - Citibank 4131	CDI + 3,60% a.a.	mar-26	25.668	44.840
Capital de giro - Votorantim	CDI + 3,30% a.a.	nov-24	27.620	30.250
Capital de giro - Caixa Econômica Federal	CDI + 3,78% a.a.	jan-25	20.660	-
Capital de giro - Bradesco	CDI + 2,95% a.a.	ago-25	24.765	29.706
Capital de giro - BTG	CDI + 4,15% a.a.	mar-28	30.054	-
Capital de giro - Banco BNB CCB	CDI + 4,8% a.a.	jan-26	21.937	-
Capital de giro - Itaú CCB	CDI + 3,15% a.a.	abr-25	15.967	-
Capital de giro - Banco BNB CCB	CDI + 5,54% a.a.	nov-25	10.884	-
Capital de giro - Banco BBM FGI	CDI + 4% a.a.	out-25	8.977	-
Capital de giro - Banco ABC FGI	CDI + 4,15% a.a.	set-25	7.937	-
Capital de giro - Itaú CCB	CDI + 3,77% a.a.	abr-25	8.090	-
Investimento - Citibank 4131	CDI + 3,50% a.a.	fev-24	2.729	14.587
Capital de giro - Banco ALFA FGI	CDI + 4% a.a.	out-25	6.992	-
Capital de giro - Itaú	9,21% a.a.	nov-24	3.076	6.158
Capital de giro - Itaú FGI	CDI + 3,5% a.a.	jan-25	3.608	-
Capital de giro - Banco BBM	CDI + 2,76% a.a.	out-25	3.899	5.349
Capital de giro - Caixa Econômica Federal	CDI + 3,54% a.a.	mai-23	-	2.283
Financiamento mercadoria importada - Citibank	5,14% a.a.	jan-23	-	7.742
Financiamento mercadoria importada - Citibank	6,29% a.a.	mar-23	-	3.990
Financiamento mercadoria importada - Citibank	6,72% a.a.	abr-23	-	18.561
<b>Total</b>			<b>533.711</b>	<b>329.621</b>
(-) Custos de transação			(3.043)	-
<b>Total</b>			<b>530.668</b>	<b>329.621</b>
Circulante			169.201	74.755
Não circulante			361.467	254.866

As debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão abaixo apresentadas:

				Consolidado	
Modalidade	Encargos médios	Vencimento	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil	Debêntures – 3ª emissão	CDI +2% a.a.	31/12/2026	110.696	-
Virgo Companhia de Securitização	Debêntures – 4ª emissão	IPCA + 7,16% a.a.	19/07/2033	71.742	-
Total				182.438	-
(-) Custos de transação				(6.530)	-
				175.908	-
Circulante				17.702	-
Não circulante				158.206	-

### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### Capital de giro

Os empréstimos destinados ao capital de giro desempenham o papel essencial de atender às demandas de liquidez da Companhia e suas subsidiárias durante suas operações. Nesse contexto, é relevante mencionar que os empréstimos obtidos junto ao Banco Bradesco e à Caixa Econômica estão respaldados por percentuais de "cash

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

colateral” sobre saldo devedor e garantias de custódia de recebíveis oriundos de vendas em cartões de crédito, disponíveis para realização, desde que cumpridos os saldos contratados de agenda mínima de recebíveis, respectivamente.

### Investimento - BNB

O financiamento na modalidade investimento refere-se à contratação de linhas de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos providos pelo Fundo Nacional de Financiamento do Nordeste (FNE), para financiamento de abertura de novas lojas. O referido contrato foi assinado em 27 de agosto de 2018 e prevê a liberação total de R\$ 116.553. Em 22 de julho de 2019 foram desembolsados R\$ 31.141, no dia 18 de julho de 2021 outros R\$ 48.000 e no dia 10 de novembro de 2022 foram desembolsados R\$ 12.647 restando pendentes de liberação o saldo remanescente do financiamento contratado.

Essa operação foi contratada com taxa de juros fixos de 2,90% ao ano, mais aplicação de índice de atualização monetária equivalente à variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, com direito a bônus de adimplência de 15%. As garantias oferecidas aos créditos contratados são cartas de fiança de instituições financeiras de 1ª linha.

### Investimento - BNDES

O empréstimo direto com o BNDES é direcionado para financiar o investimento na inauguração de novas lojas. O acordo é respaldado por garantias sólidas, representadas por fianças bancárias emitidas pelo Banco Santander e Banco Itaú, essa operação foi contratada com taxa de juros fixos de 1,90% ao ano ou 1,50% ao ano, dependendo da classificação da operação, mais aplicação de índice de atualização monetária equivalente à variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE.

### Investimento - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) com a finalidade de direcionar recursos para melhorias e construção de novas lojas. É importante observar que o contrato em questão não inclui cláusulas de garantia esta transação foi estabelecida a uma taxa de 7,35% ao ano, acrescida da aplicação de um índice de atualização monetária correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE.

Vale acrescentar que, para otimizar essa operação, um SWAP foi executado para converter a taxa de juros para 3,5% ao ano, adicionalmente indexada ao CDI.

### Investimento – Citibank 4131

Os empréstimos obtidos junto ao Citibank, especificamente na modalidade 4131 – empréstimos em moeda estrangeira – são recursos que foram direcionados para o investimento na abertura de novas lojas. Vale destacar que o contrato em questão conta com uma garantia correspondente a 30% do saldo devedor do empréstimo, que foi aplicado em instrumentos financeiros no mesmo banco.

Para mitigar o risco cambial, foi implementado um SWAP no momento da transação, com o objetivo de resguardar a Companhia contra as flutuações cambiais. Nesse sentido, duas operações foram realizadas dentro dessa modalidade. A primeira operação ocorreu a uma taxa de juros de 3,5%, enquanto a segunda se deu a uma taxa de 3,6%. Em ambos os casos, as taxas de juros estão adicionalmente indexadas ao CDI.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Debêntures – 3ª emissão

Em 01 de agosto de 2019, a investida CVLB Brasil S.A. realizou a 3ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em uma única série da espécie, no valor total de R\$ 160.000.

Sobre o montante principal há a incidência de juros de 2% a.a. acrescido da variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários. O valor do principal é amortizado em 10 parcelas semestrais e consecutivas, sendo o pagamento da primeira parcela realizado em 06 de agosto de 2020 e o último previsto para 31 de dezembro de 2026.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor da 3ª emissão de debêntures era de R\$ 101,38 milhões.

### Debêntures – 4ª emissão

Em 06 de agosto de 2021, a Investida CVLB Brasil S.A. realizou a 4ª Emissão debêntures simples, privada, não conversíveis em ações, em uma única série de espécie, segundo a qual a Securitizadora possui direito de crédito imobiliário em face da Emissora, no valor total de R\$ 120.000.

Sobre o montante principal há a incidência de juros de 7,1605% a.a + IPCA. O valor principal é amortizado mensalmente, após seis meses de carência, em 12 anos, ou seja, de 15 de fevereiro de 2022 a 15 de junho de 2033.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor da 4ª emissão de debêntures era de R\$ 71,74 milhões.

### **ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste item 2.1(f) e nas demonstrações contábeis com as respectivas notas explicativas.

### **iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Em agosto de 2021, a Companhia realizou a 4ª emissão de debentures simples, privada, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 120 milhões, com direito de crédito imobiliário em favor da Virgo Companhia de Securitização em face da emissora, cuja garantia é o centro de distribuição da Companhia localizado na cidade de Camaçari (BA), com complemento, se necessário, em custódia de contas a receber de vendas em cartões de crédito, disponíveis para realização, e ou *cash collateral* até o montante de 100% do saldo devedor.

Os demais compromissos financeiros da Companhia não possuem garantias reais oferecidas. A Administração destaca, ainda, que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia segue as determinações da legislação em vigor (Lei nº 11.101/05 e Lei nº 14.112/20).

### **iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (covenants) presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

incluem, entre outras obrigações, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas demonstrações contábeis divulgadas pela Administração.

### Debêntures – 3ª emissão

A escritura da 3ª emissão da debênture emitida em 1º de agosto de 2019 prevê o cumprimento do índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, a ser calculado pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, ao final de cada exercício, à razão igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures ("Índice Financeiro"). Considera-se:

- a) "Dívida" como a soma dos empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos, incluídas as fianças e os avais prestados em benefício de terceiros e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, dívidas financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, bem como caixa e aplicações financeiras de empresas adquiridas e ainda não consolidadas;
- b) "Dívida Financeira Líquida" como o valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, bem como caixa e aplicações financeiras de empresas adquiridas e ainda não consolidadas;
- c) "EBITDA" como o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários e do registro do plano de ações de funcionários.

Entende-se como Resultado Não Operacional:

- i. a venda de ativos;
- ii. provisões/reversões de contingências;
- iii. impairment;
- iv. despesas pontuais de reestruturação;
- v. ajustes de exercícios anteriores, desde que sem efeito caixa.

Inclui também EBITDA pro forma das empresas adquiridas pela Emissora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração. As apurações do EBITDA e do resultado financeiro não consideram os efeitos decorrentes da implantação da norma contábil expedida pelo CPC 06 R2(IFRS 16).

Em 31 de Agosto de 2022, foi aprovado através do primeiro aditamento ao instrumento particular de escritura da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos. A mudança da escritura passou a vigorar com o texto abaixo:

Em bases consolidadas, quociente da divisão do Índice de Dívida Líquida pelo EBITDA:

- menor ou igual a 7,00x com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- menor ou igual a 4,00x com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- menor ou igual a 3,00x com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, e
- menor ou igual a 2,50x até a quitação integral das Debêntures.

Índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante igual ou superior a 1,00x (uma vez), conforme medido a partir de 2022, em 31 de dezembro de cada ano, até a quitação integral das Debêntures, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com base nas informações financeiras divulgadas pela Emissora após a primeira publicação de informações financeiras auditadas após a celebração desta Escritura de Emissão.

### Debêntures – 4ª emissão

A escritura da 4ª emissão da debênture, emitida em 6 de agosto de 2021, prevê o cumprimento do índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, a ser calculado pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, ao final de cada exercício, à razão igual ou inferior a:

- 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022;
- 3,5 (três inteiros e cinco décimos) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023;
- 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures (“Índice Financeiro”).

Considera-se:

- a) “Dívida” como a soma dos empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos, incluídas as fianças e os avais prestados em benefício de terceiros e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas;
- b) “Dívida Líquida” como o valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, bem como caixa e aplicações financeiras de empresas adquiridas e ainda não consolidadas, aplicações em contas correntes, saldos bancários, títulos e valores mobiliários de curto prazo mantidos em tesouraria;
- c) “EBITDA Ajustado” como o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários e do registro do plano de ações de funcionários.

Entende-se como Resultado Não Operacional:

- i. a venda de ativos;
- ii. provisões/reversões de contingências;
- iii. impairment;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- iv. despesas pontuais de reestruturação;
- v. ajustes de exercícios anteriores, desde que sem efeito caixa.

Inclui também EBITDA pro forma das empresas adquiridas pela Emissora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração. As apurações do EBITDA e resultado financeiro, não consideram os efeitos decorrentes da implantação da norma contábil expedida pelo CPC 06 R2 (IFRS 16).

### g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia normalmente utiliza o mercado de capitais e linhas de longo prazo para financiamento de suas operações e suporte ao plano de investimento, com aprovações de limites sendo realizados a cada operação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contratos de financiamentos junto ao BNDES, Banco do Nordeste, CRIs e empréstimos junto a bancos privados, totalizando de R\$ 530,67 milhões. Desse total, 100% estão sendo utilizados.

### h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Conforme mencionado no início do item 2.1, o resultado da Le biscuit foi incorporado após a combinação de negócios (a partir de maio/2023). O resultado de 2022 se refere integralmente à Casa e Vídeo.

Os termos "AH" e "AV", constantes das colunas nos quadros deste item, significam "análise horizontal" (variação dos valores entre exercícios) e "análise vertical" (proporção de cada linha sobre a receita líquida), respectivamente.

### **Demonstrações do Resultado: comparativo entre períodos encerrados em 31/12/2023 e 31/12/2022**

Em R\$ milhares	2023	AV 2023	2022	AV 2022	AH 2022 x 2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.087.226</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.383.574</b>	<b>100,0%</b>	<b>50,9%</b>
Custo das mercadorias vendidas	(1.298.383)	-62,2%	(912.858)	-66,0%	42,2%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>788.843</b>	<b>37,8%</b>	<b>470.716</b>	<b>34,0%</b>	<b>67,6%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(647.141)</b>	<b>-31,0%</b>	<b>(397.618)</b>	<b>-28,7%</b>	<b>62,8%</b>
Comerciais e administrativas	(431.017)	-20,7%	(243.761)	-17,6%	76,8%
Outras receitas/despesas operacionais	(3.864)	-0,2%	(8.010)	-0,6%	-51,8%
Depreciação e amortização	(212.260)	-10,2%	(145.847)	-10,5%	45,5%
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>141.702</b>	<b>6,8%</b>	<b>73.098</b>	<b>5,3%</b>	<b>93,9%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(208.345)</b>	<b>-10,0%</b>	<b>(112.022)</b>	<b>-8,1%</b>	<b>86,0%</b>
Receitas financeiras	104.838	5,0%	62.292	4,5%	68,3%
Despesas financeiras	(313.183)	-15,0%	(174.314)	-12,6%	79,7%
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(66.643)</b>	<b>-3,2%</b>	<b>(38.924)</b>	<b>-2,8%</b>	<b>71,2%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(69.050)</b>	<b>-3,3%</b>	<b>23.704</b>	<b>1,7%</b>	<b>-391,3%</b>
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>(135.693)</b>	<b>-6,5%</b>	<b>(15.220)</b>	<b>-1,1%</b>	<b>791,5%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida aumentou 50,9%, de R\$ 1,38 bilhão no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2,09 bilhão no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, aumento de R\$ 703,65 milhões fundamentado sobretudo pela combinação de negócios – inclusão do resultado das controladas a partir de maio de 2023. As vendas líquidas de mercadorias tiveram aumento de R\$ 684,42 milhões (50,9%) e as de serviços financeiros de R\$ 19,23 milhões (48,4%).

As vendas digitais líquidas da Companhia alcançaram a participação de 10,5% sobre as vendas totais líquidas em 2023, enquanto que em 2022 representavam 9,5%. As vendas dos canais digitais se tornam uma importante alavanca para estratégia omnichannel da Companhia.

### Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas em relação à receita líquida teve uma redução de 3,8 p.p. entre os exercícios de 2022 (-66,0%) e 2023 (-62,2%), o que revela captura de sinergia nas negociações com fornecedores gerada pela combinação de negócios (CASA&VIDEO e Le biscuit).

### Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 67,6%, de R\$ 470,72 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 788,84 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, aumento equivalente a R\$ 318,13 milhões. Esse resultado se dá pelo incremento de receita – tanto de mercadorias quanto de serviços – e pela melhoria nas negociações de compra, que causaram redução de custos diretos.

### Receitas (despesas) operacionais

As despesas comerciais e administrativas aumentaram R\$ 187,26 milhões, de R\$ 243,76 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 431,02 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os maiores impactos se devem a despesas com pessoal, serviços prestados e aluguéis. No entanto, vale ressaltar que a Demonstração de Resultado de 2022 não inclui a Le biscuit (adquirida contábil), que possuía um peso maior de SG&A em relação à CASA&VIDEO (adquirente contábil). Ao longo de 2023, foram adotadas medidas para ganho de sinergia em despesas, sobretudo na reestruturação do quadro de funcionários após o processo de fusão.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas reduziram 51,8%, de uma despesa líquida de R\$ 8,01 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 para uma despesa líquida de R\$ 3,86 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, redução equivalente a R\$ 4,15 milhões. A redução decorre principalmente ao impacto de receitas não operacionais da Le biscuit.

As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$ 66,41 milhões (45,5%), de R\$ 145,85 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 212,26 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Isso se deve à variação no número de lojas entre os exercícios, já que em 2022 foram consideradas apenas as da CASA&VIDEO (229 lojas) e em 2023 da Companhia após a fusão com a Le biscuit (350 lojas).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos

O lucro operacional aumentou 93,9%, de R\$ 73,10 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 141,70 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, equivalente a um crescimento de R\$ 68,60 milhões, principalmente em decorrência da melhoria no lucro bruto informada acima.

### Resultado financeiro

As receitas financeiras aumentaram R\$ 42,55 milhões (68,3%), de R\$ 62,29 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 104,84 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os principais aumentos ocorreram devido à atualização monetária de créditos de ICMS e ganhos com derivativos (swaps de juros).

As despesas financeiras aumentaram R\$ 138,87 milhões (79,7%), de R\$ 174,31 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 313,18 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os maiores impactos foram decorrentes de juros sobre empréstimos, financiamentos, impostos, arrendamento mercantil e antecipação de recebíveis, além de ajuste a valor presente de compras a prazo (pelo prazo de pagamento com os fornecedores).

A Companhia adota a política contábil de classificar os juros sobre passivos de arrendamento e sobre empréstimos, financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa.

### Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição aumentou em R\$ 27,72 milhões (24%), de R\$ 174,31 milhões no período de encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 313,18 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Tiveram impacto significativo nessa variação as despesas financeiras, conforme descrito acima.

### Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O crédito de imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 23,70 milhões) foi convertido em um débito de R\$ 69,05 milhões no exercício de 2023. A principal causa para essa variação foi a baixa de Imposto de Renda diferido sem prejuízo fiscal acumulado em função da combinação de negócios, no valor de R\$ 68,6 milhões.

### Prejuízo do período

O prejuízo líquido do exercício teve um aumento de R\$ 120,47 milhões, de um prejuízo líquido de R\$ 15,22 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um prejuízo líquido de R\$ 135,69 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

**Demonstrações do Fluxo de Caixa: comparativo entre as posições em 31/12/2023 e em 31/12/2022**

Em R\$ milhares	31/12/2023	31/12/2022	AH 2022 x 2023
Caixa Líquido - Atividades Operacionais	217.220	150.628	44,2%
Caixa Líquido - Atividades de Investimento	121.770	(76.949)	-258,2%
Caixa Líquido - Atividades de Financiamento	(294.738)	(53.237)	453,6%

Caixa líquido das atividades operacionais

O caixa líquido gerado aumentou R\$ 66,59 milhões (44,2%), de R\$ 150,63 milhões em 31/12/2022 para R\$ 217,22 milhões em 31/12/2023. Essa variação provém do efeito da combinação de negócios ocorrida em 2023, sobretudo do incremento de passivos operacionais, como o saldo de fornecedores.

Caixa líquido das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado de R\$ 76,95 milhões em 31/12/2022 se converteu em um caixa líquido gerado de R\$ 121,77 milhões em 31/12/2023. Essa geração se deve principalmente à aquisição do caixa adquirido através da combinação de negócios e à redução de CAPEX (aquisições de ativo imobilizado).

Caixa líquido das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado aumentou R\$ 241,50 milhões (453,2%), de R\$ 53,24 milhões em 31/12/2022 para R\$ 294,74 milhões em 31/12/2023. Esse resultado se explica pelas medidas tomadas pela Companhia ao longo de 2023 para equalizar sua estrutura de capital, tanto pela amortização de empréstimos, financiamentos e obrigações com compras de mercadorias quanto pela redução do montante de dívida captado em comparação com o ano anterior.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### a) resultados das operações do emissor

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia comercializa produtos das seguintes categorias:

- *Smartphones e tablets;*
- Climatização (aparelhos de ar condicionado e ventiladores);
- Áudio e vídeo;
- Eletro portáteis;
- Manutenção de casa e carro;
- Equipamentos de informática e telefonia fixa;
- Cozinha (itens de forno e fogão, utensílios de preparo, armazenamento de alimentos e limpeza de cozinha);
- Servir (copos, taças, xícaras, canecas, jarras, garrafas, cutelaria, assadeiras, tigelas, aparelhos de jantar, pratos etc.);
- Lavanderia e banheiro (cuidados com a roupa, utilitários de lavanderia e acessórios de limpeza);
- Organização de armários, sapatos, gavetas, prateleiras e geladeiras;
- Decoração doméstica;
- *Bombonière;*
- Higiene e beleza;
- Cama, mesa e banho;
- Brinquedos;
- Papelaria;
- Artigos de festas;
- Lazer (artigos para praia, piscina, camping, churrasco, esportes e viagens);
- Artigos para recém-nascidos e bebês.

As vendas são majoritariamente destinadas ao público em geral (varejo), por meio das lojas físicas e de canais digitais – televendas e e-commerce (site e aplicativo). A Companhia também dispõe da modalidade de retirada expressa em 100% das lojas, possibilitando a entrega em até 3 horas. A iniciativa visa a oferecer uma melhor experiência de compra omnicanal, gerando um aumento no fluxo das lojas físicas e na oportunidade de vendas.

A Companhia também possui parcerias para disponibilizar serviços financeiros a seus clientes, tais como: cartão de crédito próprio, seguro proteção, recarga virtual, títulos de capitalização, garantia estendida, cartão presente, antecipação de FGTS e empréstimos.

Desde dezembro de 2018, a Companhia conta com um canal de vendas através de lojas franqueadas, que por sua vez adquirem produtos diretamente da Companhia, seja através da Companhia ou de sua controlada Alterf Importadora de Artigos de Armarinho Ltda. A gestão dos contratos de franquias se dá por intermédio da controlada Akoun Administração de Franquias e Bens Ltda, que tem como principal receita a cobrança de royalties vinculados aos contratos de franquia.

As receitas resultantes das vendas de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas, e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas controladas são prováveis, o que ocorre, substancialmente, no momento de entrega das mercadorias aos clientes nas lojas. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

As receitas de produtos e serviços financeiros são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a efetiva prestação de serviço e correspondem ao comissionamento na intermediação de negócios oferecidos por parceiros comerciais. A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos aplicáveis.

A receita bruta é apresentada deduzindo-se os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste a valor presente das vendas a prazo.

As devoluções e cancelamentos de venda de mercadorias são reconhecidas quando da sua efetiva ocorrência.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS").

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava 350 lojas próprias, 2 centros de distribuição e 10 franquias.

### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos a impactos decorrentes de fatores econômicos, os quais incluem, mas não se limitam, ao ritmo de atividade econômica, inflação, confiança do consumidor, desemprego, taxa de juros, taxas de câmbio, disponibilidade de linhas de crédito de financiamento por instituições financeiras e regulamentações governamentais que possam afetar o ambiente de negócios do segmento de varejo ou de âmbito geral.

A indústria do varejo é afetada por conjunturas econômicas que possam modificar o consumo e o poder de compra do consumidor. Cenários de recessão ou de baixa intensidade na atividade econômica também correspondem a fatores de impacto à indústria do varejo.

Modificações de hábito de consumo também afetam os resultados das operações da indústria varejista. O processo de transformação digital teve crescimento no exercício de 2023, sobretudo com o desenvolvimento da integração dos diferentes canais com a operação de lojas físicas. Todas as iniciativas e os resultados obtidos em 2023 nos dão ainda mais convicção, foco e determinação no caminho da produtividade, omnicanalidade e eficiência operacional.

Em complemento, compartilhamos com o mercado em 28 de abril de 2023 teve início a combinação de negócios entre a CASA&VIDEO e Le biscuit, que resultou no surgimento de uma Companhia de atuação nacional, com posição de mercado destacada em alguns de seus segmentos, com faturamento aproximado de R\$ 2,5 bilhões, com grande complementaridade e potenciais sinergias capazes de gerar enormes economias em escala, redução de custos e alavancagem operacional.

Seguimos com o plano de negócios de desenvolvimento acelerado de um ecossistema diferenciado com integração de novos canais de venda, expansão e crescimento das operações, com ênfase na abertura de novas lojas da franquia Le biscuit, aperfeiçoamento de nossa infraestrutura logística, investimentos contínuos em tecnologia e ampliação e modernização da oferta de produtos e serviços financeiros.



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### **b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

As oscilações de custos dos nossos produtos podem ser causadas por repasses inflacionários, ajustes de taxas de câmbio, mudanças na legislação tributária, ou fatores sazonais de excesso ou falta de produtos e insumos.

A receita da Companhia é basicamente impactada pelas alterações no volume e preços de vendas de suas mercadorias, sejam elas adquiridas no Brasil ou no exterior. A Companhia tenta repassar as flutuações de custo de aquisição de seus insumos para seus clientes, sempre considerando a aplicação de um preço de venda justo. Aproximadamente 7% da receita da Companhia tem origem em produtos importados, sendo que o perfil de baixo custo individual dos itens vendidos é considerado um fator facilitador ao repasse de eventuais reajustes ao consumidor final. Vale ainda ressaltar que boa parte dos produtos nacionais comercializados pela Companhia também têm influência da taxa de câmbio na formação de seus preços.

A Companhia tem como uma de suas características marcantes a renovação frequente dos produtos oferecidos a seus clientes, utilizando-se da estratégia de comercialização de produtos de marca própria. Dessa forma, os produtos comercializados e seus preços de vendas correspondentes oscilam de acordo com ciclo de vida e, por essa razão, não oferecem uma base perfeita de comparação de período a período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apenas 0,03% da receita operacional bruta da Companhia foi originada de produtos descontinuados.

### **c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

O negócio da Companhia está sujeito aos impactos decorrentes de fatores macroeconômicos, os quais incluem, mas não se limitam, ao ritmo da atividade econômica, inflação, confiança do consumidor, desemprego, taxa de juros, taxas de câmbio, disponibilidade de linhas de crédito de financiamento por instituições financeiras e regulamentações governamentais que possam afetar o ambiente de negócios do segmento de varejo ou de âmbito geral.

Os custos de inflação e oscilações de taxas de câmbio, bem como volatilidade na oferta de produtos, podem afetar os custos de aquisições de produtos de revenda. O custo das mercadorias vendidas (CMV) da Companhia também tem sensibilidade à renovação frequente de seu portfólio de produtos.

A Companhia, através de sua controlada Alterf, importa mercadorias para revenda, e por consequência está exposta ao risco de oscilação cambial pela variação da cotação de algumas moedas, basicamente dólar norte americano. O risco cambial decorre, em sua maior parte, de operações comerciais de liquidação futura.

A Companhia pode adquirir mercadorias importadas a prazo, com utilização de instrumentos de carta de crédito. Essas operações podem ter prazo de até 180 dias para pagamento.

A Administração utiliza, de forma regular, de instrumentos financeiros derivativos (NDFs – Non deliverable forward) para se proteger do risco de exposição à oscilação de taxa de câmbio.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

As despesas operacionais da Companhia estão sujeitas a reajustes, principalmente decorrentes de repasses inflacionários. As principais despesas operacionais da Companhia são as despesas com pessoal, conforme os acordos sindicais, e com aluguéis, cujos contratos são reajustados com base no índice IGP-M ou IPCA.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### **a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

### **c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não há ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Com a conclusão da combinação de negócios, em 28 de abril de 2023, a Administração reavaliou a necessidade de novas divisões estratégicas (segmentos reportáveis) e concluiu que as tomadas de decisões permaneciam sobre apenas um segmento operacional reportável:

- Varejo: a CVLB opera no comércio varejista, na comercialização de suas mercadorias através de lojas físicas, e de forma integrada com seus canais digitais (inclusive plataforma ecommerce).

As outras operações da Companhia incluem a administração de franquias e a intermediação de serviços financeiros. Nenhum desses segmentos operacionais atingiu qualquer um dos limites quantitativos para ser incluído como segmento reportável em 2023 e 2022.

### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável no exercício terminado em 31 de dezembro de 2023.

### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

No dia 28/04/2023, foi concluída a combinação de negócios entre os acionistas da CASA&VIDEO e da CVLB (anteriormente denominada Le biscuit), conforme os termos estabelecidos no Acordo de Acionistas (vide item 1.13 deste Formulário de Referência).

### **c) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável no exercício terminado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.5 Medições não contábeis

### a) valor das medições não contábeis

#### **EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA é a sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil utilizada para avaliar a geração de caixa proveniente de uma sociedade. O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012. O cálculo do EBITDA consiste no lucro líquido (ou prejuízo) do exercício ou do período, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício/período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgados por outras companhias.

Abaixo, são apresentados os valores do EBITDA e da Margem EBITDA e do EBITDA ajusto e Margem EBITDA ajustada da Companhia para os períodos e exercícios abaixo indicados:

<b>Em R\$ milhares</b>	<b>Exercício encerrado em 31/12/2023</b>
EBITDA	353.962
Margem EBITDA	17,0%
EBITDA ajustado	225.342
Margem EBITDA ajustado	10,8%

#### **Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Índice de Alavancagem Financeira**

<b>Em R\$ milhares</b>	<b>Exercício encerrado em 31/12/2023</b>
Dívida Bruta	680.957
Dívida Líquida	448.952
Patrimônio Líquido	439.963
Índice de Alavancagem Financeira	102,04%

## 2.5 Medições não contábeis

### b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

#### Reconciliação EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA e a Margem EBITDA no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Em R\$ milhares	Exercício encerrado em 31/12/2023
<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>	<b>(135.693)</b>
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	69.050
(-) Resultado financeiro líquido	208.345
(-) Depreciação e amortização	212.260
<b>EBITDA</b>	<b>353.962</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>17,0%</b>
(+) IFRS 16: contraprestações	(165.426)
(+) Despesas de reestruturação	23.197
(+) Despesas (receitas) não recorrentes	12.201
(+) Provisões (Reversões) para desmobilização	1.409
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>225.342</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>10,8%</b>
<i>Receita operacional líquida</i>	2.087.226

#### Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A tabela abaixo demonstra a reconciliação da dívida bruta, da dívida líquida (caixa líquido) e do Índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023.

Em R\$ milhares	Exercício encerrado em 31/12/2023
(+) Total dos Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)	530.668
(+) Total das Debêntures (circulante e não circulante)	175.908
(+) ou (-) Total Derivativos (circulante e não circulante)	(25.619)
<b>(=) Total Dívida Bruta</b>	<b>680.957</b>
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(232.005)
<b>(=) Dívida Líquida (caixa líquido)</b>	<b>448.952</b>
(=) Total do Patrimônio Líquido	439.963
(=) Índice de Alavancagem Financeira (i)	102,04%

(i) O índice de alavancagem financeira obtém-se da divisão da Dívida líquida pelo Patrimônio Líquido da Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

**c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

### **EBITDA e Margem EBITDA**

A Companhia elabora e divulga o EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional de desempenho e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações.

No entanto, o EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício/período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgados por outras companhias.

O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustada consideram a exclusão dos efeitos não recorrentes e sem efeito ao caixa no resultado operacional da Companhia.

### **Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Índice de Alavancagem Financeira**

A Dívida Bruta equivale ao total de empréstimos e financiamentos, deduzidos dos instrumentos financeiros ativos e passivos. A Dívida Líquida equivale à Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Líquida não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS) –, não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes preparados por outras companhias. Trata-se de um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade da Companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito acima).

Apesar de a Dívida Líquida não ser considerada medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, a Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional.

O índice de alavancagem financeira obtém-se da divisão da Dívida líquida pelo Patrimônio Líquido da Companhia.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 19 de março de 2024, a Companhia deliberou a emissão de sua 5ª emissão de debêntures simples em série única com valor nominal de R\$ 20 milhões, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. Sobre o montante principal há incidência de juros de 3,6% a.a. + CDI. O valor principal é amortizado mensalmente em 12 parcelas consecutivas após o 12º mês da Data de Emissão e com vencimento sempre no dia 27 (vinte e sete), sendo a primeira parcela em 27 de abril de 2025 e vencimento final em 27 de março de 2026. A garantia para essa operação é de fluxo mensal de recebíveis no valor de R\$ 15 milhões em conta vinculada. Essa operação não aumenta o endividamento da Companhia, pois liquida saldo devedor de operação anterior e alonga o saldo da dívida. Sua liquidação foi efetivada em 28 de março de 2023.

Em 21 de março de 2024, a Companhia deliberou a emissão de sua 6ª emissão de debêntures simples em série única com valor nominal de R\$ 75 milhões, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. Sobre o montante principal há incidência de juros de 2,5% a.a. + CDI. O valor principal é amortizado trimestralmente a partir da Data de Emissão e com vencimento sempre no dia 22 (vinte e dois), sendo a primeira parcela em 22 de junho de 2024 e vencimento final em 22 de março de 2027. A garantia para essa operação é de cash colateral de 30% sobre saldo devedor. Essa operação tem objetivo de alongar a dívida da Companhia, equalizando o Fluxo de caixa e será utilizada para capital de giro e investimentos em novas lojas.

Em 22 de março de 2024, a Casa & Vídeo Brasil S/A deliberou a emissão de sua 5ª emissão de notas comerciais escriturais com valor nominal de R\$ 75 milhões, com garantia real sob condição suspensiva em série única nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021 Sobre o montante principal há incidência de juros de 2,5% a.a. + CDI. O valor principal é amortizado trimestralmente a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão e com vencimento em 22 de março de 2027. A garantia para essa operação é de cash colateral de 30% sobre saldo devedor. Essa operação tem objetivo de alongar a dívida da Companhia e realizar o resgate da totalidade das notas comerciais escriturais emitidas em 22 de agosto de 2022 no âmbito de sua 2ª emissão. Sua liquidação foi efetivada em 28 de março de 2023.



## 2.7 Destinação de resultados

### a) regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.

### b) regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia vigente durante todo o exercício social de 2023, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido era de 0,1%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, o saldo remanescente do lucro líquido, poderá ser distribuído a título de dividendos adicionais ou destinado para constituição de outras reservas de lucros na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.

### c) periodicidade das distribuições de dividendos

Usualmente a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia ocorre anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.

A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

### d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não havia, no exercício social encerrado no dia 31 de dezembro de 2023, restrições especiais para a distribuição de dividendos.

### e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados. No entanto, a Companhia obedece as determinações da Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação a ele aplicável, complementadas pelas normas de seu Estatuto Social e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

A Companhia utiliza as isenções previstas na norma CPC 06 (R2) para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor (ex: itens de informática).

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

A Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2023.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2023.

**iv. contratos de construção não terminados**

A Companhia esclarece que não há contratos de construção não terminados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2023.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia tem a prerrogativa de contratação das linhas de financiamento pré-aprovadas descritas no item 2.1(g).

A Companhia esclarece que não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2023.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia esclarece que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

A Companhia esclarece que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**b) natureza e propósito da operação**

A Companhia esclarece que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

A Companhia esclarece que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.10 Planos de negócios

### a) investimentos, incluindo:

#### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em R\$ milhares	31/12/2023	31/12/2022	Var. %
Expansão e reforma de lojas	6.075	66.915	-90,9%
Tecnologia	12.889	10.684	20,6%
Outros	3.517	4.272	-17,7%
<b>Total dos investimentos</b>	<b>22.480</b>	<b>81.871</b>	<b>-88,0%</b>

Em 31 de dezembro de 2023, imobilizações em andamento referem-se basicamente aos projetos de Desenvolvimento TI, Abertura de lojas, Processo de Automação Digital, Omnichannel, e Implementação da Realidade Aumentada.

No exercício social de 2023, a agenda de investimentos da Companhia teve foco na execução de plano de investimento em Tecnologia da Informação e de Transformação Digital – automação digital, vendas Omnichannel e implementação de Realidade Aumentada.

Em virtude dos desafios impostos pela pandemia em anos anteriores, a Companhia decidiu intensificar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos seus canais digitais, bem como seu projeto de integração destes com sua base de lojas físicas (Projeto Omnichannel). A agenda digital abriga os esforços de desenvolvimento de processos que visam o crescimento de novos canais de venda e suas integrações e infraestrutura relacionada (informações de CRM, desenvolvimentos no aplicativo, website, plataforma de e-commerce e seus desdobramentos).

Assim como já feito na CASA&VIDEO, a Companhia implementou na Le biscuit a modalidade de retirada expressa em 100% das lojas físicas das marcas, possibilitando a entrega em até 3 horas.

#### ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza recursos próprios e de terceiros como fonte de financiamento para seus investimentos. A estrutura de capital da Companhia está presente no item 2.1(b) e abertura dos financiamentos no item 2.1(f).

#### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia informa que não há, na data de publicação deste Formulário de Referência, desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

### b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia informa que não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aquisições relevantes de plantas, equipamentos e/ou patentes.

## 2.10 Planos de negócios

### **c) novos produtos e serviços, indicando:**

#### **i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A Companhia esclarece que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

#### **ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

A Companhia esclarece que não há pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços já divulgados.

#### **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Os principais projetos em desenvolvimento pela Companhia têm relação com o seu plano de desenvolvimento de e integração de canais digitais e do modelo Omnichannel, conforme exposto neste relatório.

#### **iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

A Companhia esclarece que não há pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços já divulgados.

### **d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A Companhia esclarece que não há desenvolvimentos relacionados a ASG.

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia ainda não formalizou uma política de gerenciamento de riscos, contudo, reconhece a importância da gestão de riscos corporativos como parte integrante e fundamental de suas atividades e negócios, contribuindo para a evolução estruturada e sustentável de seus resultados financeiros e objetivos sociais.

Nesse contexto, em 2023, a Companhia estabeleceu o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) com o propósito de monitorar os principais riscos aos quais está exposta, identificando suas probabilidades, impactos e planos de mitigação.

Os riscos enfrentados pela Companhia são analisados e tratados nas reuniões do CAE, sendo reportados ao Conselho de Administração.

**b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos para os quais se busca proteção**

**ii. os instrumentos utilizados para proteção**

**iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

Em que pese a Companhia não possuir uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, a estrutura de gerenciamento de riscos está descrita no item 5.2 deste Formulário de Referência.

**c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da estrutura de gerenciamento de risco**

Para gerenciar os riscos apontados nos itens 4.1 e 4.3, bem como prevenir e combater fraudes e corrupção, a Companhia possui uma estrutura organizacional dedicada a essa finalidade – conforme descrito no item 5.2 – e adota políticas que abrangem toda a empresa – vide item 5.3.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia busca sempre a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o melhor desempenho de seus controles internos.

Dentre as práticas dos controles internos, a Companhia destaca alguns pontos:

- Instalação do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE;
- Gerenciamento de riscos operacionais e monitoramento de anomalias sistêmicas pela Auditoria Interna;
- Canal de Denúncias independente e terceirizado.

A Companhia sempre revisa as práticas, conforme necessidade, com o objetivo de aperfeiçoar os níveis de controle da organização. A Companhia possui práticas de controles internos baseados em premissas do Internal Control – Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO, NBR-ISO 31000, NBR-ISO 37001 e NBR-ISO 37301 (Compliance e Antissuborno) com o objetivo de prezar pelo monitoramento eficiente e adequado do ambiente de controles internos, com base nos seus processos operacionais e financeiros.

Em relação a elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia possui um calendário de fechamento dos módulos sistêmicos onde também são definidos prazos de entrega das conciliações das contas contábeis e revisão das integrações sistêmicas. Ao elaborar as demonstrações financeiras as mesmas são revisadas pelo CAE, encaminhadas ao Conselho de Administração da Companhia e aprovadas pela Assembleia de Acionistas.

### **b) as estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia instalou em 01/09/2023 o Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, que nos termos do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas, possui a competência de: (i) revisar, inspecionar e auditar os registros financeiros da empresa; (ii) propor melhorias aos processos contábeis, reportes financeiros, gerenciamento de riscos, controles internos e compliance; (iii) opinar sobre a contratação e destituição dos auditores independentes; (iv) supervisionar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna; (v) monitorar a efetividade das estruturas de controle interno e compliance; (vi) garantir a independência das atividades de auditoria interna e compliance; (vii) avaliar e recomendar correções nas políticas internas da empresa; (viii) propor melhorias nos princípios e práticas contábeis; (ix) avaliar e aprovar o sistema de gestão de compliance; e (x) participar em procedimentos internos de investigação sobre fraudes, reportando ao Conselho de Administração.

A Companhia mantém na estrutura da auditoria interna, o gerenciamento e monitoramento de anomalias sistêmicas. Auditoria Interna é executora das linhas de defesa, com o objetivo de avaliar e melhorar a eficácia dos controles internos, de forma a identificar riscos e vulnerabilidades, revisão de conformidade com normativas internas e externas, tendo como objetivo fornecer uma avaliação independente do ambiente de controle interno e do gerenciamento, identificando



## 5.2 Descrição dos controles internos

riscos e fornecendo recomendações para melhorias. Os resultados das auditorias internas reportados ao CAE.

A companhia possui um Canal de Denúncias independente e terceirizado. Esse canal inclui comitês de avaliação específicos para diferentes tipos de denúncias: o Comitê de Gente e Gestão, para condutas comportamentais; o Comitê de Reclamação de Consumidores, para questões relacionadas ao atendimento comercial nas unidades da Companhia (lojas e canais virtuais); e o Comitê de Fraudes, para fraudes em processos internos. A gestão do canal de denúncias e seus comitês é feita pela Auditoria Interna, garantindo imparcialidade e independência na investigação. Após cada investigação, a Auditoria Interna emite relatórios de recomendações para as áreas correspondentes da Companhia e periodicamente informa ao CAE sobre o estado de maturidade da integridade da empresa.

Além do CAE, a Contabilidade, Controladoria, Diretoria Executiva da Companhia são as principais áreas responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras.

### **c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Os controles internos são inicialmente supervisionados pela Auditoria Interna da Companhia, que avalia sua eficiência e emite recomendações em relatórios pontuais e recorrentes ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE). Este, por sua vez, reporta-se ao Conselho de Administração. O Conselho é responsável por definir um plano de ação em relação aos pontos relevantes, em colaboração com a Diretoria Executiva, estabelecendo prazos para a implementação das ações necessárias.

### **d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado dessa avaliação, os auditores independentes emitiram o "Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes sobre os Controles Internos" da Companhia, que contém descritivo sobre deficiências e oportunidades de melhoria identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia

Dentre as deficiências identificadas no referido relatório, foram consideradas significativas apenas as relacionadas a fatores tecnológicos, mais especificamente sobre os pontos listados abaixo:

- Revogação manual de acesso ao ambiente de rede e sistemas corporativos;
- Ausência de política formal para definição de parâmetros de senha;
- Ausência de um monitoramento proativo das ações realizadas por usuários privilegiados SAP;
- Ausência de uma matriz ou documentação formal para segregação de função no SAP;
- Ausência de aprovação prévia de implementação no gerenciamento de mudanças;

## 5.2 Descrição dos controles internos

- Segregação de função entre usuários que possuem privilégio para desenvolver e usuários que possuem privilégio para implementar mudanças em produção;
- Número de usuários com perfil privilegiado no SAP;
- Ausência de controles sobre os lançamentos manuais no SAP.

### **e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Companhia reconhece a importância de todas as recomendações e observações apresentadas pelos Auditores Independentes, que visam aprimorar os controles internos, os procedimentos contábeis e as operações.

Embora tenha sido constatado pela Administração que as deficiências apontadas pelos Auditores Independentes não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023, a Administração reitera seu compromisso com a implementação de medidas corretivas e iniciativas de aprimoramento nos sistemas existentes, além do desenvolvimento e reforço de políticas com o intuito de mitigar e/ou eliminar riscos para os exercícios subsequentes.

### 5.3 Programa de integridade

**a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia mantém práticas e procedimentos de integridade visando prevenir, detectar e remediar fraudes e ilícitos contra a administração pública. Para consolidar essas práticas, foram formalizadas no Código de Conduta da Companhia. Estas normas internas integram mecanismos e procedimentos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e violações da legislação, incluindo fraudes e corrupção.

**i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia desenvolveu um Código de Conduta que pauta as condutas esperadas de todos os colaboradores e terceiros da Companhia, respeitando as diferenças individuais, a regionalidade, a legislação, os princípios éticos e nossa cultura organizacional.

O referido Código de Conduta determina que todos que interagem com a Companhia devem atuar de forma transparente e com observação às leis vigentes, estatuto social, diretrizes, normas e procedimentos, sempre primando pelo zelo do Código de Conduta.

O conhecimento do Código de Conduta pelos colaboradores é garantido quando da sua contratação, bem assim, pelas campanhas recorrentes de lembrança.

O Código de Conduta é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas pelo Comitê de Ética, que se reunirá com o fim de deliberar sobre possíveis alterações no Código anualmente.

Para garantir a devida aplicação da integridade, se destacam os treinamentos obrigatórios que são disponibilizados em plataforma de educação corporativa, comunicações institucionais com avaliação regular da sua aplicabilidade, respeitando as melhores práticas de compliance de mercado.

Como instrumento de apoio à garantia da aplicação das diretrizes da integridade, a Companhia disponibiliza um canal de denúncias, operado por uma empresa independente, assegurando o anonimato de todos os denunciante.

**ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;**

As estruturas e procedimentos para monitoramento da integridade começam com a promoção da utilização do canal de denúncias por meio de comunicação interna. Esse canal inclui comitês de avaliação específicos para diferentes tipos de denúncias: o Comitê de Gente e Gestão, para condutas comportamentais; o Comitê de Reclamação de Consumidores, para questões relacionadas ao atendimento comercial nas unidades da Companhia (lojas e canais virtuais); e o Comitê de Fraudes, para fraudes em processos internos. A gestão do canal de denúncias e seus comitês é feita pela Auditoria Interna, garantindo imparcialidade e independência na investigação. Após cada investigação, a Auditoria Interna emite relatórios de recomendações para as

### 5.3 Programa de integridade

áreas correspondentes da Companhia e periodicamente informa ao CAE sobre o estado de maturidade da integridade da empresa.

**iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia possui um Código de Conduta com o propósito de reforçar os valores éticos que orientam a condução de suas operações.

Todas as demais diretrizes da Companhia igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código é destinado a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do nível hierárquico, localização geográfica ou funcional.

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os colaboradores da Companhia têm acesso ao Código de Conduta quando de sua contratação, e neste momento são apresentados ao Termo de Adesão ao Código de Conduta da Companhia, por meio do qual firmam compromisso em seguir suas diretrizes e regras enquanto estiverem vinculados à Companhia.

Além disso, todos os colaboradores da Companhia participam de treinamentos recorrentes acerca da necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Aqueles que praticarem atos que violem o Código de Conduta ou a sua essência ficarão sujeitos às consequências legais e administrativas aplicáveis, conforme disposto na legislação civil, penal e trabalhista.

As sanções aplicáveis em razão da violação aos preceitos dispostos no Código de Conduta serão mensuradas caso a caso e avaliadas pela Auditoria Interna e demais comitês de investigação, levando em consideração: (i) a natureza e a gravidade da violação; (ii) o cargo e histórico do transgressor, bem como suas responsabilidades; (iii) circunstâncias atenuantes ou agravantes em relação à infração cometida; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2020 e está disponível para consulta no site <https://cdn-hotsites.contatoseguro.com.br/hotsites/cvlb/variables/codigo.pdf>

## 5.3 Programa de integridade

### **b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia em linha com os compromissos e valores descritos no Código de Conduta, implementou um canal de denúncias disponibilizado no endereço eletrônico <https://contatoseguro.com.br/cvlb>, onde todos os destinatários do Código de Conduta Ética, isto é, tanto colaboradores, terceiros (como, por exemplo, fornecedores) e clientes, poderão: (i) comunicar as suas preocupações ou a ocorrência de atos potencialmente violadores; (ii) esclarecer dúvidas em relação a quaisquer disposições deste Código de Conduta Ética; e (iii) ter assegurado que as denúncias serão apuradas conforme descrito no item 5.3.ii e, aquelas com base fundamentada, aplicadas as diligências cabíveis para a apuração dos fatos.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncia está a cargo de terceiros, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana pelo site <https://contatoseguro.com.br/cvlb>, pelo app no Google Play [https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.contatoseguro.appoficial&hl=pt\\_BR&gl=US](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.contatoseguro.appoficial&hl=pt_BR&gl=US) e App Store <https://apps.apple.com/br/app/contato-seguro/id945536717> e também pelo telefone 0800 515 2226.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está disponível para colaboradores, terceiros e clientes.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O canal de denúncias está a cargo de terceiros garantindo que as denúncias podem ser realizadas de forma anônima, preservando, assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação.

A Companhia não tolera nenhuma retaliação contra questionamentos ou denúncias de boa-fé. Para tanto, todas as denúncias são tratadas de forma confidencial sob os cuidados de uma comissão de pessoas da Auditoria Interna orientadas a assegurar o sigilo e atuar na prevenção de retaliações e discriminações de qualquer natureza.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Código de Conduta da Companhia estabelece que as denúncias serão apuradas pela Auditoria Interna e demais comitês aplicando as diligências cabíveis para a apuração dos fatos.

### **c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.**

Não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos nos últimos 3 exercícios sociais.

### **d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

### 5.3 Programa de integridade

A Companhia aborda no Código de Conduta, práticas que conferem a conduta esperada com a finalidade de prevenção de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

**e) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Em que pese o Código de Conduta da Companhia não estabelecer diretrizes específicas a respeito de processos aplicáveis a operações de fusões e aquisições, a Companhia seguirá os procedimentos usualmente aplicados neste tipo de operação, incluindo legal e business due diligence, com o intuito de identificar, entre outras questões a existência de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas companhias alvo, caso venha a executar futuros processos fusão, aquisição e reestruturação societárias.

## 5.4 Alterações significativas

Além dos riscos apresentados neste Formulário, a Companhia não apresenta qualquer alteração significativa nos principais riscos aos quais ela está exposta.

**5.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste Formulário.